



EDIÇÃO Nº 15
JANEIRO DE 2015
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/11/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/12/2014

A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO DISCURSO DA MÍDIA IMPRESSA SUL-MATO-GROSSENSE: UMA ABORDAGEM INICIAL

Ivanise Hilbig de Andrade¹

UFMS

Resumo: Todo discurso se estabelece em relação a outros discursos, o que torna sua análise um campo amplo de possibilidades, exigindo do analista rigor teórico e metodológico. A análise começa, conforme Orlandi (2002), na seleção e “de-superficialização” do *corpus*, momento em que o analista observa a materialidade linguística do discurso, descrevendo: “como se diz”, “quem diz” e “em que circunstâncias”, no intuito de tornar o objeto empírico um objeto discursivo. A partir desses pressupostos, o presente trabalho realiza uma primeira abordagem analítica do *corpus* levantado para a Pesquisa de Mestrado “Quem conta a História – A exploração sexual de crianças e adolescentes no discurso da mídia impressa sul-mato-grossense”, em andamento no Programa de Estudos de Linguagens da UFMS. O *corpus* é formado por textos jornalísticos publicados em três jornais impressos em circulação em Mato Grosso do Sul (Correio do Estado, O Estado MS e O Progresso), ao longo de 2009. A pesquisa utiliza-se da base teórico-metodológica da AD Francesa para analisar o discurso da mídia impressa sul-mato-grossense sobre exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Discurso; Exploração Sexual; Mídia Impressa

Introdução

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma prática inserida na cultura das sociedades há milênios. Com o passar dos anos, adquiriu novas formas, de acordo com o contexto histórico em que estava inserida. Alvo de preconceitos e discriminações, a questão tem nuances culturais, sociais, econômicas, éticas e até políticas, que envolvem não só a criança ou adolescente, que carregarão o estigma e as consequências dessa violência pelo resto da vida, mas também a família, aliciadores, clientes e agenciadores, unidos por uma rede de silêncio, conivência, omissão, impunidade e violência, sustentada pelo lucro.

¹ Jornalista, especialista em Metodologia do Ensino Superior e Mestranda em Estudos de Linguagens UFMS.
ivanise@terra.com.br



Nacionalmente, o assunto está cada vez mais na agenda da imprensa². Entre 2000 e 2006, o espaço dedicado às temáticas relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes quase triplicou na imprensa brasileira, subindo 173,65%, conforme pesquisas realizadas pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância. Porém, mais importante que o avanço da quantidade, avalia a ANDI (2008), é o aprimoramento na qualidade desse noticiário, que tem buscado diversificar as fontes de informação e estabelecer uma abordagem mais crítica e plural.

De acordo com a Pesquisa “A Criança e o Adolescente na Mídia de Mato Grosso do Sul” (2004), realizada pela Girassolidário – Agência em Defesa da Infância e Adolescência, o tema Exploração e Abuso Sexual teve destaque na imprensa sul-mato-grossense no segundo semestre de 2003. Ele aparece em quinta posição com 383 matérias publicadas nos jornais O Estado de MS, O Progresso, Correio do Estado e Folha do Povo, correspondendo a 9,77% do universo pesquisado.

A leitura diária de jornais impressos em circulação em Mato Grosso do Sul revela que cada vez mais notícias sobre exploração sexual cometida contra meninos e meninas estão presentes nas páginas dos diários impressos, e sob diversos enfoques.

Esse agendamento do assunto segue uma tendência de maior mobilização da sociedade brasileira com relação ao tema. Em 2008, o Disque Denúncia Nacional, o Disque 100³, recebeu e encaminhou mais de 32 mil denúncias de violência cometida contra menores de 18 anos. Duas informações do relatório, divulgado em maio de 2009, são particularmente interessantes. A primeira é que Mato Grosso do Sul é o estado brasileiro que mais denuncia casos de exploração sexual cometida contra meninos e meninas, em número relativo à população. E entre as vítimas desse tipo de violência, 83% são meninas.

Vista sob várias óticas ao longo da história, a exploração sexual deve ser analisada com base em suas dimensões social, étnica, histórica, cultural, política e econômica. Configura-se e inter-relaciona-se com o tráfico de drogas e de pessoas, com as demandas do mercado do sexo, com as redes criminosas, fortalecendo-se com as falhas de articulação do sistema de proteção e atendimento a crianças e adolescentes, com o envolvimento de autoridades e políticos nos casos e também com a impunidade.

² O conceito de agendamento apareceu pela primeira vez, segundo Traquina (2001), em um estudo de McCombs e Shaw, nos EUA, em 1972. O agendamento está ligado ao conceito de valorização de determinadas temáticas e uso de estratégias comunicativas para conseguir que a opinião pública conheça e divulgue tais temáticas.

³ O Disque 100 é administrado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e recebe denúncias de violência cometida contra crianças e adolescentes de todo o país e as encaminha aos órgãos responsáveis em cada Estado.

Considerada crime no Brasil, segundo a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é definida como a “venda” de um produto – o prazer de fazer sexo com crianças e adolescentes – em um mercado do sexo. A exploração sexual é uma forma de violência que envolve lucro, por parte de quem explora, e relações de poder e dominação, tirando proveito de situações de vulnerabilidade como a pobreza, a desigualdade social e muitas vezes a violência sofrida dentro de casa. Soma-se à questão da pobreza, a cultura machista e adultocêntrica, e as relações de gênero, que claramente desfavorecem as mulheres (FALEIROS, 2004; AMORIN, 2005; KASSAR, 2005; CASTANHA, 2008).

Para Faleiros (2004), a violência sexual é uma violação dos direitos humanos da pessoa em desenvolvimento e dos direitos à integridade física e psicológica, também uma violação ao respeito, à dignidade e à saúde sexual.

O número de denúncias pode revelar que, de uma maneira geral, a sociedade brasileira tem conhecimentos sobre a Legislação, sabe identificar a questão e entende que é um crime. E a mídia, por sua vez, tem feito seu papel de inserir a temática no debate público, mesmo que em quantidade ainda insuficiente conforme apontam alguns pesquisadores. Mas como são os enunciados jornalísticos sobre esse tema? Qual o discurso da mídia quando o assunto é exploração sexual de crianças e adolescentes? Quais os sentidos formados no imaginário social sobre esse assunto?

Essas são algumas das indagações que permeiam a análise de discurso de enunciados jornalísticos publicados em três jornais impressos em circulação no Estado (*Correio do Estado, O Estado MS e O Progresso*), ao longo de 2009, e que tratam de exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes. Por meio da Análise de Discurso da Escola Francesa, o estudo trata do tema enquanto significação no/do imaginário social, percebendo o que faz o sentido da exploração sexual ser exploração sexual, bem como o universo construído em torno da questão e retratado pelos enunciados jornalísticos.

O presente trabalho é parte da pesquisa de mestrado, em desenvolvimento pelo programa de pós-graduação Mestrado em Estudos de Linguagens UFMS, intitulada “Quem conta a História – A exploração sexual de crianças e adolescentes no discurso da mídia impressa sul-mato-grossense” e apresenta os resultados de uma leitura e análise iniciais do *corpus* da pesquisa.

1. Análise do Discurso

A Análise de Discurso de Escola Francesa (AD) emerge nos anos 60 fortemente influenciada pela corrente de estudos linguísticos que toma como objeto o discurso. Inspira-se na linguística textual ao considerar a dimensão transfrástica, porém avança, no sentido de levar em conta também o processo, as condições de produção e a influência do sujeito na enunciação, ou seja, observa o momento sócio-histórico da produção e como esse contexto interfere na significação.

Segundo Paveau & Sarfati (2006), a AD distingue-se da linguística textual, cujo objeto é o funcionamento interno do texto, e da análise literária que, mesmo considerando o contexto, não repousa sobre o postulado da articulação entre o languageiro e o social. É influenciada pelo Estruturalismo que, mesmo desconsiderando o texto como um todo em seus trabalhos, foi o ponto de partida para os estudos sobre análise de discurso, justamente por conta dessa “marginalidade” conferida ao ele.

A AD é também um campo institucional, onde existem jogos, atores, estratégias de posicionamento. Esse campo constitui-se em um contexto filosófico marxista, em sua versão althusseriana. Em *Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado* (1976) Louis Althusser faz uma releitura dos escritos de Marx e funda as noções de “Aparelho Repressivo do Estado” e “Aparelho Ideológico do Estado”, esse último reúne igreja, escola, mídias, cultura, família, partido político, que assegurariam, por meio do modo de pensar, dos comportamentos e dos discursos, a reprodução das relações de dominação capitalista.

As duas teses fundamentais do trabalho de Althusser: 1. A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência; e 2. A ideologia tem uma existência material; indicam que, para o filósofo, a ideologia não é da ordem psicológica, mas se situa do lado da *práxis*, que modula as identidades e os modos de ser dos indivíduos. “O sujeito, contrariamente à concepção clássica que o coloca do lado da autonomia e do domínio de si, é um produto da ideologia, construído sobre o modo da evidência, que é a forma principal da ideologia.” (PAVEAU & SARFATI, 2006, p. 205). A partir dessas contribuições do materialismo histórico, a AD busca na psicanálise, principalmente nos estudos de Lacan, as bases para estudar o sujeito. Esse sujeito do discurso que não é autônomo, embora pense que é.

Eni Orlandi vai mais além:

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, [a AD] trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem

ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. (ORLANDI, 2002, p.17)

Outro conceito importante para a Análise de Discurso da Escola Francesa é a noção de formação discursiva, herdada principalmente dos estudos de Michel Foucault. Em seu livro “Arqueologia do Saber” (1969), Foucault estuda as relações entre práticas discursivas e práticas sociais e, nesse sentido, nem o pensamento, nem a língua constituem seu objeto. Discurso, para Foucault, é um conjunto de fenômenos que permite escrever uma história discursiva do pensamento. O filósofo entende como formação discursiva as regularidades temáticas, de objetos e conceitos, encontradas em grupos de enunciados estudados no interior de uma formação social e nas relações que tais enunciados mantêm entre si.

Para Orlandi (2002), a formação discursiva é básica na AD, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos e sua relação com a ideologia. “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito.” (ORLANDI, 2002, p.43)

Essa conjuntura sócio-histórica a que se refere a autora constitui-se como as condições de produção do discurso, reunindo os sujeitos e a situação, seja ela o contexto imediato ou um contexto em sentido mais amplo, contexto histórico, social e ideológico. Em outras palavras, um sujeito diz o que diz a partir de uma posição histórica e ideológica em que se encontra. Dessa forma, conforme Orlandi (2002), o contexto é um elemento que, ao influenciar as condições de produção, reflete-se no discurso tornando-se também peça-chave na construção de sentidos e significados. Sobre isso, a autora explica que um mesmo enunciado lido em contextos diferentes também terá sentidos diferentes. Isso porque o enunciatário utiliza sua própria formação ideológica, social, discursiva para produzir sentidos a partir do enunciado dado.

Os discursos são formados, ainda, por outros discursos, em uma relação dialógica. Segundo Maingueneau (2002), o discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho. O interdiscurso é um conceito trabalhado por vários pesquisadores. Pêcheux (1975 *apud* POSSENTI, 2007, p. 381) chama de interdiscurso o “todo complexo com dominante” das formações discursivas. Em Charaudeau & Maingueneau (2004) o verbete “interdiscurso” é apresentado como um conjunto de discursos do mesmo campo que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros e também como um conjunto das unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação explícita ou implícita.

Orlandi (2002) chama a atenção para a questão da memória discursiva, que retorna no interdiscurso sob a forma do conceito de pré-construído:



Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2002, p.31)

Possenti (2007) afirma que a noção de pré-construído é uma das mais importantes para o interdiscurso. Segundo o autor, o pré-construído é uma reformulação da noção de semântica de pressuposição. Trata-se, pois, de “um traço, no discurso, de um discurso anterior, que produz um efeito de evidência; é, por um lado, o já dito, e, por outro, o que é uma verdade para uma formação discursiva”. (POSSENTI, 2007, p. 385)

O que vale ressaltar sobre o interdiscurso é sua relação com o Outro. Um discurso sempre conversa com seu Outro, seja numa relação de resposta, de aliança, de concordância, de embate. O fato é que os discursos, ao serem enunciados, estão conversando com outros discursos, isso dentro de uma mesma Formação Discursiva ou não. Possenti reforça que a noção de interdiscurso rompe com conceitos que de alguma forma se fundamentam na homogeneidade, seja do discurso, seja do sujeito. “Para a AD, os discursos não são independentes uns dos outros e não são elaborados por um sujeito”. (POSSENTI, 2007, p. 386)

2. A AD e os Enunciados Jornalísticos

A mídia tem a função social de informar. Juntamente com as informações, contudo, dissemina também ideologias e forma opiniões. Assim, ao fazer a leitura de enunciados jornalísticos que tratam do tema exploração sexual de crianças e adolescentes é preciso analisar as condições de produção do discurso e a formação discursiva do enunciatário, no caso, o repórter, o editor, o editorialista ou articulista. O homem é um ser histórico e social e se comunica, entre outras formas, através de textos.

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas é persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. A linguagem é sempre comunicação (e, portanto, persuasão), mas ela o é na medida em que é produção de sentido. (FIORIN, 2004, p. 52)

O texto é a materialização do discurso, já que o discurso se materializa na língua. Discurso traz consigo a ideia de curso, de movimento, é a palavra em movimento, uma prática de linguagem que constitui o homem e



sua história (MAINGUENEAU, 1997; ORLANDI, 2002). A partir dos conceitos da AD, é possível afirmar que uma matéria jornalística é um enunciado que surge a partir de condições de produção sócio-históricas postas e de um sujeito enunciativo que é influenciado, ideologicamente, por um contexto de interesses objetivos e subjetivos. Assim, a compreensão de um enunciado jornalístico ultrapassa a interpretação apenas do sentido das palavras, a semântica, mas depende das informações que acompanham o texto. Dessa forma, não basta a leitura do texto, é preciso retomar elementos do contexto em que foi produzido.

O diálogo entre interlocutores, em um texto jornalístico, cumpre uma função social. E o jornal tem um compromisso com a ideologia. “As grandes e pequenas questões da ideologia estão presentes na linguagem jornalística porque não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico” (LAGE, 2006, p. 54). Isto torna não só um veículo de informação acerca dos fatos relativos ao interesse social, como também um instrumento de propagação de ideias. O que conduz as “opções” ou “escolhas” do sujeito é a ideologia que o constitui. Assim, a ideia de um discurso jornalístico imparcial e isento é pouco provável, considerando que a ideologia afeta o sujeito produtor de notícias de maneira direta.

Contrariando a objetividade e a neutralidade esperada na prática jornalística, um discurso carregado de marcas ideológicas pode ser narrado como verdade. O jornalismo isento, mesmo almejado, não é possível, considerando que está ligado a disputas de poder político, econômico e social, caracterizado profundamente por ideologias diversas.

Como um discurso referencial, o texto jornalístico fala de algo do mundo exterior ao emissor e ao receptor. O jornalista e linguista Nilson Lage (2006) explica que o texto jornalístico refere-se sempre aos fatos da realidade e enuncia de um lugar marcado pelo uso obrigatório da terceira pessoa, criando a impressão de que o texto jornalístico é totalmente objetivo.

Por conta da sua função social de informar, os enunciados do gênero jornalístico possuem características específicas que fazem com que sejam considerados relatos fiéis da realidade. No entanto, com base na AD, não há enunciados que não sejam discursos e muito menos discursos isentos, objetivos e imparciais. Os enunciados são materializações de discursos e todos os discursos são ideológicos, uma vez que carregam consigo sentidos e significados que povoam o imaginário social. Assim, os enunciados jornalísticos – reportagens, artigos e editoriais – também são ideológicos e refletem o contexto sócio-histórico da sociedade em que foram produzidos, a formação discursiva do enunciativo, os outros discursos que estão em relação, enfim, revelam a heterogeneidade dos discursos.

Seguindo a proposta da AD, é possível dizer que a temática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes carrega consigo um escopo muito grande de conceitos e preconceitos e de sentidos que a



constituem como um tipo de violência, como algo do universo da sexualidade, dos direitos. A formação ideológica do enunciador e do enunciatário, bem como a formação discursiva e as condições de produção possibilitam a reprodução de diversos discursos e olhares sobre o tema.

As bases teórica e metodológica da Análise de Discurso de Escola Francesa (AD) possibilitam realizar análises de enunciados jornalísticos, percebendo neles as ideias, valores, conceitos e preconceitos que permeiam o debate sobre o tema. Assim, será possível oferecer, aos estudiosos da mídia e da violência sexual cometida contra meninos e meninas, subsídios para a melhor compreensão dos textos jornalísticos que tratam do assunto. Possibilitando, dessa forma, maior aprofundamento teórico para definição de projetos e políticas públicas de enfrentamento da problemática, já que, a partir da compreensão dos sentidos e significados que a sociedade tem sobre o tema, é possível elaborar ações de prevenção e estímulo a denúncias mais conectadas com a realidade.

3. Análise inicial

A AD tem um posicionamento teórico particular: se apoia em disciplinas conexas do campo das ciências humanas (história, filosofia, sociologia, psicanálise, literatura, etc). Essa característica confere à AD uma perspectiva transdisciplinar, motivo pelo qual é capaz de oferecer modelos teóricos e metodológicos para a análise dos discursos da mídia. Essa transdisciplinaridade exige, porém, que o analista do discurso estabeleça sob quais vieses o discurso será olhado, seguindo a máxima saussureana de que o ponto de vista faz o objeto.

Assim, tão logo queiramos sair da análise de *corpora* bem delimitados, temos que correr riscos importantes. Os discursos se entrecruzam em todos os sentidos, multiplicam-se indefinidamente em várias dimensões, logo que se propõe uma hipótese um pouco ampla [...] não podemos atingir uma precisão e um rigor suficientes a não ser partindo de lugares bem circunscritos. (MAINGUENEAU, 1984, *apud* PAVEAU & SARFATI, 2006, p. 203)

A partir dessa afirmativa que confere ao *corpus* da pesquisa posição de destaque, a primeira etapa de um trabalho é selecionar esse *corpus* e isso, segundo Orlandi (2002), já é um tipo de análise. Ao levantar o *corpus* que servirá de materialidade do discurso, o analista parte de seus conhecimentos históricos sobre o tema, buscando em suas experiências e observações empíricas aquele *corpus* que, na sua opinião, possibilitará responder a sua questão inicial de análise. A AD confere à seleção dos enunciados grande importância, pois são eles que revelam

os discursos. Os enunciados jornalísticos que tratam da temática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes revelam, assim, qual o discurso (ou os discursos) da mídia sobre esse assunto.

Para se desenvolver este trabalho foi realizada uma seleção prévia de textos jornalísticos sobre exploração sexual infanto-juvenil publicadas nos jornais Correio do Estado, O Estado MS e O Progresso, todos em circulação em Mato Grosso do Sul, ao longo de 2009. Os textos foram selecionados durante leitura das edições desses três periódicos que circularam na semana de 16 a 23 de maio⁴, na semana de 03 a 10 de outubro⁵, entre os dias 20/06/09 e 10/07/09⁶, e também com base na metodologia do mês composto, em que foram sorteados 30 dias do ano de 2009 para compor um mês fictício. Ao todo, foram revisados 183 exemplares. Todos os textos publicados sobre a temática da exploração sexual nessas edições compõem o *corpus* de análise da pesquisa. Assim, foram selecionados 25 textos do gênero jornalístico reportagem, 02 artigos de opinião e 02 editoriais.

Os textos do gênero reportagem aparecem em maior número, pois representam também a maior parte do que é publicado em um jornal impresso. As reportagens apresentam uma diversidade de tamanho, formas de contextualização e aprofundamento, escolha de fontes, localização nas páginas do jornal e variedade de assuntos. Embora o tema em estudo seja exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, ele aparece em formas de abordagem diferenciadas. É possível classificar as reportagens em três grandes grupos de abordagens, que terão influência direta nos tipos de discursos identificados: matérias sobre eventos ligados ao enfrentamento da exploração sexual; matérias sobre ações da polícia (apreensões de material e/ou pessoas suspeitas); matérias sobre ações preventivas para o enfrentamento da violência cometida contra crianças e adolescentes.

No primeiro grupo de abordagem, as reportagens sobre eventos ligados ao enfrentamento da exploração sexual, são ouvidas apenas as chamadas “fontes oficiais”, ou seja, polícia, secretaria de assistência social, comitês de enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, serviços de atendimento a vítimas desse tipo de violência. Seus discursos são marcados por enunciados “politicamente corretos”, falas treinadas e afinadas com a terminologia mais aceita pelos estudiosos do assunto, bem como preocupadas em contextualizar a violência, apontando causas e consequências.

O discurso desse sujeito, que é responsável direto pelas ações de atendimento às vítimas e/ou investigação e responsabilização dos agressores, estabelece-se com base em uma autocensura, que conduz o que

⁴ A seleção dessa semana deve-se à data do 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

⁵ A seleção deve-se ao fato de ser lembrado, no dia 06 de outubro, o Dia Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

⁶ Nesse período, a imprensa de Mato Grosso do Sul veiculou matérias sobre a absolvição, pelo Supremo Tribunal Federal, do ex-atleta Zequinha Barbosa e seu assessor, da acusação de exploração sexual de crianças e adolescentes.



pode e o que deve ser dito, de acordo com a posição social que ocupam. Os enunciados abaixo revelam esses discursos. São reproduzidas as falas que aparecem em discurso direto nas reportagens, ou seja, entre aspas com a referência do autor:

“Ao contrário do que acontecia nos outros anos, a sensibilização, neste momento, é feita de uma maneira positiva. Combatemos porque as crianças têm direitos.”

“A violência sexual deve ser tratada também pelo lado social. O evento é uma forma da sociedade ter mais conhecimento em relação a um problema que ocorre dentro dos lares e muitas vezes não é denunciado por medo.”

“A participação de toda comunidade é fundamental para resolvermos esse problema que atinge todo país.”

“É preciso formar uma consciência nacional para denunciar e romper com esse ciclo de violência e proteger as crianças e os adolescentes brasileiros.”

“(…) E diante desta situação não podemos cruzar os braços para esta realidade. Precisamos agir.”

São reportagens que narram ações de mobilização e sensibilização da sociedade para a questão, tais como panfletagem, palestras e seminários. O objetivo dessas ações é sensibilizar a sociedade para que seja parceira no enfrentamento da violência cometida contra crianças e adolescentes, incentivando principalmente a denúncia. A maioria desses textos foi publicada em datas que provocam o agendamento do tema, nos dias nacional e estadual de combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, e datas subsequentes.

São textos em que a presença de dados numéricos e estatísticos tem como funções conferir maior credibilidade e isenção ao discurso, bem como reforçar a necessidade do engajamento da sociedade para o enfrentamento da questão.

Os textos sobre ações da polícia (segundo grupo de abordagem), que tratam de apreensões de material e/ou pessoas suspeitas, costumam ter como fontes de informações policiais, membros do Ministério Público Estadual ou Federal, magistrados e traz, na maioria das vezes, o tipo de crime cometido. Há uma preocupação do enunciatador em citar a legislação e apresentar os acusados, divulgando nomes, profissão, idade.

É importante destacar na análise dos textos que se encaixam nessa categoria que a maioria dos equívocos conceituais aparecem nessas reportagens. Isso porque, na tentativa de explicitar em qual ilícito penal o acusado se encaixa, o sujeito/enunciatador peca na terminologia. São nessas reportagens que o termo “pedofilia” aparece



EDIÇÃO Nº 15
JANEIRO DE 2015
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/11/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/12/2014

frequentemente com o sentido de “violência sexual”, “abuso sexual”, “exploração sexual”, ou “pornografia infantil”, como nos trechos que seguem:

“A Polícia Federal desencadeou ontem a Operação Turko com o objetivo de coibir a pedofilia na Internet.”

“A Polícia Federal prendeu em flagrante H.C.S., de 24 anos, formado em engenharia da computação, acusado de crime de pedofilia.”

Esse último trecho citado é o *lead* da reportagem em que consta, no último parágrafo, o seguinte enunciado: “O preso foi autuado em flagrante por posse e armazenamento de material pornográfico, cuja pena prevista é de um a quatro anos de reclusão”. Esses são exemplos em que um termo médico, no caso “pedofilia”, que é uma patologia, é resignificado pela mídia e pela sociedade e passa a ter sentido de um crime, uma violência. Pedofilia não é crime, pois não consta nem no Estatuto da Criança e do Adolescente, nem no Código Penal brasileiro como tal. Em cada caso citado nos trechos acima o que se tem são tipos de violência que são inclusive tipificados criminalmente de maneiras diferentes. Há estupro⁷, exploração sexual, pornografia, tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, cárcere privado, entre outros. Ou seja, nem todo o pedófilo é um agressor como nem todo agressor é pedófilo. Essa constatação demonstra como os sentidos deslocam-se ao longo do tempo e do espaço.

O termo “pedofilia na Internet” vale uma reflexão à parte. Primeiro que na maioria das vezes o crime a que se refere o autor da matéria é na realidade pornografia na Internet, que é a produção, posse e divulgação de material pornográfico com imagens de crianças e/ou adolescentes envolvidos em práticas sexuais, seja insinuando ou efetivamente praticando. Outra questão é que a Internet tornou-se ferramenta ágil para que pedófilos (aqui sim, pessoas com distúrbios sexuais) possam acessar, de maneira segura e sigilosa, imagens de crianças e adolescentes em meio a práticas sexuais. O crime, porém, continua sendo o de pornografia com a utilização da Internet como meio de comunicação, infração penal tipificada no artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente⁸.

⁷ Em agosto de 2009, mudança no Código Penal estabeleceu que qualquer tipo de prática sexual, com conjunção carnal ou não, passa a ser considerado estupro. Além disso, houve a criação da vítima vulnerável, a fim de que a responsabilização aos agressores de crianças e adolescentes fosse mais rigorosa.

⁸ Artigo 241: Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou Internet, fotografias ou imagens, com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.

Exemplo desse deslocamento de sentidos está presente no editorial intitulado “Pedofilia Combatida” (O Progresso, 19/05/2009). O texto inicia relatando que a Polícia Federal realizou “uma operação para localizar e prender pedófilos em 20 estados” e segue todo o editorial narrando como se deu o cumprimento dos mandatos, que foram apreendidos computadores dos suspeitos para averiguação da posse de material com pornografia infantil, lembra a mudança na legislação, que tornou crime a posse e divulgação de imagens pornográficas de crianças e adolescentes, entre outros aspectos. O termo “pedófilo” só é utilizado no enunciado citado acima, o que comprova que a palavra é utilizada como sinônimo de agressor, abusador, estuprador, estabelecendo um novo sentido para “pedofilia” e seus derivados.

Na terceira categoria de abordagens estão as matérias sobre ações preventivas para o enfrentamento da violência cometida contra crianças e adolescentes. São enunciados com forte presença dos sentidos de que a polícia, o Judiciário e os Conselhos Tutelares são os únicos responsáveis pelo enfrentamento da violência sexual praticada contra meninos e meninas. E que os próprios adolescentes, e até mesmo a sociedade, não são capazes de protegerem-se ou desenvolverem ações que possam reduzir a violência. O discurso mais presente nesse grupo de textos é o de que é preciso restringir direitos para garantir proteção, ou seja, para que crianças e adolescentes não se tornem vulneráveis e sejam aliciados por meio da Internet, regulamenta-se sua ida as lan houses; para que não consumam bebida alcoólica os “fiscais do juízo” vão percorrer as festas e bares recolhendo as possíveis vítimas e levando para suas famílias. Os trechos abaixo exemplificam esses discursos:

“(…) tanto a delegacia quanto os conselheiros tutelares têm recebido diversas denúncias de problemas relacionados ao livre acesso de menores à Internet.”

“Zalla afirma ainda que a polícia tem dificuldade de identificar autores de crimes como pornografia infantil e pedofilia na Internet.”

“Fiscais do juízo vão “endurecer” com a fiscalização no centro e bairros da cidade.”

“Além da exploração e o abuso, outra preocupação da Justiça é quanto ao consumo de bebidas alcoólicas pelos jovens que saem noite afora, conduzindo o carro da família, muitas vezes sem habilitação e, inclusive, com a permissão dos pais. Zaloar lembra que é preciso apoio dos familiares para que a ação da polícia e justiça tenha efeito moral junto à sociedade.”

O último trecho é particularmente interessante para uma análise mais detida. Embora esteja em discurso indireto, a fala de que a ação da polícia e do judiciário só terão “efeito moral” junto à sociedade se tiver apoio da família é do Juiz da Vara da Infância e da Juventude do município. Em que pese sua autoridade em julgar casos de violência contra crianças e adolescentes, seu discurso revela-se autoritário e tem um sentido de que se não for



pela ação da polícia e da Justiça os adolescentes continuarão tendo atitudes que não seriam condizentes com sua idade e condição peculiar de desenvolvimento.

De uma maneira geral, os discursos sobre a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, que aparecem no *corpus* aqui analisado, podem ser classificados como: discurso da punição; discurso da não aceitação da violência; discurso da banalização da violência; discurso da indignação e revolta; discurso policial; discurso do enfrentamento/combate à violência. Em um olhar mais apurado tais discursos podem se confirmar, como podem se transfigurar em outros mais amplos. O fato é que quando se trata desse tema, a mídia impressa de Mato Grosso do Sul ainda tem grandes desafios para garantir maior pluralidade de vozes, maior diversidade de dados e informações, e maior rigor na redação dos textos, evitando-se equívocos e reprodução de preconceitos e estereótipos.

Considerações finais

Os sentidos movem-se e deslocam-se ao longo da história. Os sentidos são resignificados não só pela mídia, mas ela tem papel importante nesse processo uma vez que dissemina e dá visibilidade aos temas que estão em debate na sociedade. É por isso que termos policiais e jurídicos são constantemente resignificados pela mídia. Para esse trabalho em específico é importante pontuar de que forma o termo Pedofilia, emprestado da medicina e da psicologia, está sendo utilizado com o sentido de violência sexual, de abuso e/ou exploração sexual cada vez mais frequentemente pela imprensa. Não se trata aqui de dizer se isso é certo ou errado. Trata-se de um processo que não tem início, nem meio e nem fim. Um processo de construção de novos sentidos a partir dos sentidos já postos, mas talvez ainda não cristalizados pela sociedade. É possível afirmar que, com o passar do tempo, cada vez mais o termo pedofilia substitua os termos violência sexual, abuso, exploração e pornografia.

Como continuidade da pesquisa que vem sendo desenvolvida para o mestrado em Estudos de Linguagens UFMS esse trabalho levantou a necessidade de alguns procedimentos de análise dos textos selecionados. Primeiro, será preciso realizar um levantamento quanti-qualitativo mais rigoroso com o objetivo de enumerar e perceber as regularidades apresentadas nos enunciados. Para isso, a elaboração de um questionário para categorizar informações como as fontes utilizadas, autoria dos textos, terminologia, tipos de textos e outras, será de grande valia. Com essa descrição das regularidades e a consequente seleção e organização dos enunciados possibilitará a definição das categorias de análise necessárias para o estudo dos discursos da mídia sobre exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes.



EDIÇÃO Nº 15

JANEIRO DE 2015

ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/11/2014

ARTIGO APROVADO ATÉ 30/12/2014

O que já é possível afirmar, no entanto, depois desse primeiro olhar para o *corpus* é que o discurso da mídia impressa sul-mato-grossense sobre o tema da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes é cercado por muita desinformação, tabus, preconceitos e silenciamentos. Os discursos são permeados por confusões conceituais, principalmente entre os conceitos de abuso sexual, exploração sexual, pedofilia e pornografia. Há os conceitos cunhados social e psicologicamente e há os tipos penais, estabelecidos no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Porém, é recorrente que, de acordo com o fato e sua abordagem, a terminologia utilizada, apresente o sentido de outra. É quando o enunciador afirma, por exemplo, que a vítima foi abusada sexualmente e que o abusador oferecia presentes em troca da prática sexual. Trata-se, aqui, de um crime de exploração sexual e se houve de fato a prática, também deve ser tipificado como estupro.

O silêncio da vítima é notório. Em nenhum dos 29 textos selecionados para análise uma criança ou adolescente, ou até mesmo sua família ou comunidade, fala da questão. A polícia, nesses casos, sempre aparece como o sujeito da interlocução, aquele que narra o fato ao sujeito jornalista. Não se discute aqui a prática da produção diária de notícias, até porque entrevistar vítimas de violência sexual é sempre uma tarefa muito difícil, porém, o que se analisa aqui é que o silêncio também carrega sentidos. Talvez o que a vítima tem a dizer não é importante? Ou a revolta do leitor seria maior ao ver o que os familiares tem a dizer sobre o caso? Ou seria por que a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, que tem no seu cerne a questão da troca financeira ou simbólica, é tão polêmica e a sociedade ainda vê a adolescente muitas vezes como a que provoca e aceita a situação, que é melhor não tocar no assunto? O silenciamento, nesse caso, seria uma forma de preconceito ou de não aceitação dos fatos?

São questões a serem respondidas, mas que já apontam para os próximos passos de uma pesquisa que não tem a pretensão de se esgotar em afirmações de certo e de errado, mas que caminha para apontar formas de qualificar a produção jornalística sobre essa temática.

Referências Bibliográficas

AMORIN, Sandra Maria Francisco. **Reflexões sobre o Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. In: Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes e Tráfico para os mesmos fins – Contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá – MS. Editora UFMS. Brasília: OIT, 2005. (p.89-109)



EDIÇÃO Nº 15
JANEIRO DE 2015
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/11/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/12/2014

ANDI. **Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Guia de Referência para a cobertura jornalística.** Brasília, 2007.

CASTANHA, Neide (org.). **Direitos Sexuais são direitos Humanos – Caderno de Textos.** Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso.** São Paulo: Contexto, 2004.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **A Exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes no mercado do sexo.** In: A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia (GO): Universidade Católica de Goiás, 2004.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2004.

GIRASSOLIDÁRIO. **A Criança e o Adolescente na Mídia de Mato Grosso do Sul.** Relatório de Pesquisa. 2004. Disponível em www.girassolidario.org.br

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães *et al.* **Aspectos subjetivos da percepção da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Corumbá.** In: Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes e Tráfico para os mesmos fins – Contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá – MS. Editora UFMS. Brasília: OIT, 2005. (p.33-50)

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística.** 8ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 2006. (Série Princípios)



EDIÇÃO Nº 15
JANEIRO DE 2015
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/11/2014
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/12/2014

LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. **Discurso indígena: aculturação e polifonia**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em análise do discurso**. 3ª Edição. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Análise de textos de comunicação**. 2ª edição. Cortez Editora, São Paulo, 2002.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos**. 4ª Edição. Campinas (SP): Editora Pontes, 2002.

PAVEAU, Marie-Anne & SARFATI, Georges Élia. **As grandes teorias da lingüística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006.

POSSENTI, Sírio. **Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas**. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos. Volume 3. 3ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2007. (p. 353-392)

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. Editora Unisinos. São Leopoldo, 2001.

TRINDADE, Eliane. **As meninas da esquina: Diários dos sonhos, dores e aventuras de seis adolescentes do Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.